

## COMPARAR VERSÕES, CRIAR OUTRAS NARRATIVAS: A “QUESTÃO JACINTA DE SIQUEIRA” NA HISTÓRIA DA VILA DO PRÍNCIPE/MG, SÉCULO XVIII

Danilo Arnaldo Briskievicz<sup>1</sup>

**Resumo:** Propomos uma discussão em torno da narrativa histórica da africana forra Jacinta de Siqueira (c.1680-1751), que viveu nas minas do Serro do Frio e sua Vila do Príncipe/MG. Analisamos a “questão Jacinta de Siqueira” surgida no final do séc. XIX; ao final do séc. XX e atualmente, com a publicação do Códice Costa Matoso, outros estudos parecem apresentar versões não sustentadas pela comparação de fontes históricas, como o testamento de Jacinta de Siqueira e uma reavaliação crítica do Códice Costa Matoso. Por questão de método, comparamos versões, narrativas e documentos e apontamos representações situadas entre a lenda e a história e apresentamos uma nova versão sobre os fatos, aprofundando o contexto macro e microhistórico. O resultado de nossa pesquisa aparece no conjunto da pesquisa, em sucessivas comparações, cujo objetivo é demonstrar os equívocos narrativos; apresentamos um perfil de características históricas e distanciado do imaginário popular.

**Palavras-chave:** Brasil Colônia, Comarca do Serro do Frio, Vila do Príncipe/MG.

### COMPARE VERSIONS, CREATE OTHER NARRATIVES: THE “JACINTA DE SIQUEIRA QUESTION” IN THE HISTORY OF VILA DO PRÍNCIPE/MG, 18th CENTURY

**Abstract:** We propose a discussion around the historical narrative of the African lines Jacinta de Siqueira (c.1680-1751) who lived in the mines of Serro do Frio and its Vila do Príncipe/MG. We analyzed the “Jacinta de Siqueira question” that arose at the end of the century XIX; at the end of the century XX and currently, with the publication of the Costa Matoso Codex, other studies seem to present versions not supported by the comparison of historical sources, such as the will of Jacinta de Siqueira and a critical reassessment of the Costa Matoso Codex. For the sake of method, we compare versions, narratives and documents and point out representations situated between legend and history and present a new version of the facts, deepening the macro and micro-historical context. The result of our research appears in the research as a whole, in successive comparisons, whose objective is to demonstrate the narrative mistakes; we present a profile of historical characteristics and away from the popular imagination.

**Keywords:** Colony Brazil, Serro do Frio County, Vila do Príncipe/MG.

### Introdução: entre a lenda e a história, comparações

Em 1702, os bandeirantes paulistas partiram para a descoberta das minas do Serro do Frio. A pousada, rancho ou arraial desses sertanistas foi elevado a Vila do Príncipe em 1714 e, em 1720, foi nomeada a capital da Comarca do Serro do Frio. Entre 1703 e 1711, uma africana, negra, alforriada, chegou da Bahia nas minas serranas com seus escravos. Trata-se de Jacinta de Siqueira (c.1680-1751) cuja biografia se confunde com os primeiros anos das minas serranas, sua vila e

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Minas Gerais, campus Santa Luzia. Email de contato: [doserro@hotmail.com](mailto:doserro@hotmail.com)

sua comarca. Por isso, a biografia de Jacinta de Siqueira é, sem dúvida, uma das mais reveladoras dos conflitos e tensões deste contexto histórico em que as relações de poder e de gênero se mostravam muitas vezes encobertos pela naturalização da convivência social em que se ensinavam e se aprendiam as noções de poder e autoridade passado de geração a geração. Se, por um lado, este tipo de sociabilidade, o qual podemos chamar de gesto pedagógico colonial, em que se ensinava como homens, mulheres e crianças deviam conviver uns com outros e quais eram os limites e alcances dos papéis sociais das mulheres nessa sociedade, por outro, parece sugerir a constante possibilidade de alargamento da atuação do corpo feminino na civilização serrana em formação inicial de sua moralidade pedagógica.

O conjunto de sociabilidades colonial baseia-se na definição de paradigma reprodutivista em que os indivíduos convivem repartindo entre si, em sua vida cotidiana, valores que escolheram como válidos para estabelecer suas relações. No contato entre as instituições sociais e a reprodução de valores, o indivíduo estabelecia relação com um todo previamente organizado, as estruturas estruturadas. Desta forma, as estruturas estruturadas criaram no Brasil colonial – uma generalização de comportamentos reproduzidos em povoados, vilas e cidades desse período – um “sentido imediato do mundo”,<sup>2</sup> em forma de conhecimento e consenso, tornando-se visíveis nas instituições sociais, estabelecendo operações lógicas e gnosiológicas como apreensão imediata do mundo, das coisas, das pessoas, das identidades. Foucault definiu por microfísica do poder e biopolítica.<sup>3</sup> O poder de ação e de discurso, ou seja, o uso do corpo em sociedade através do que se convencionou chamar liberdade, é um construto coletivo, torna-se verdade e saber na prática social. O poder de ação e de discurso é molecular, pois opera em todos os níveis da vida social e individual. Ele opera com dispositivos de internalização da norma social para assujeitar os indivíduos e disciplinar o seu pensamento, bem como de sua exteriorização quando o indivíduo usa seu corpo como presença na relação com os outros corpos, mostrando se este comportamento/aparição é ou não aceitável, correto, disciplinado, justo,

---

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 5.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

adequado, possível, autorizado, etc. A capilaridade do poder é ilimitada, o que nos leva à questão fundamental – os indivíduos na modernidade são, de fato, livres ou disciplinados? Assim, para (re)escrever uma biografia como a de Jacinta de Siqueira é fundamental compreender as molduras socioculturais envolventes dos seus indivíduos, o paradigma reprodutivista, a microfísica do poder e as relações do biopoder.

Desta forma, antes mesmo de propor uma abordagem macrohistórica em diálogo com outra, a microhistórica, a fim de narrar as experiências de Jacinta de Siqueira nas minas do Serro do Frio e sua Vila do Príncipe é justo colocar a discussão sobre o poder e da política como ponto de partida conceitual para o diálogo com a história, seus documentos e narrativas. O que seria a macrohistória? Narrar eventos históricos – a escravidão africana intercontinental, a formação de um mercado global das mercadorias manufaturadas, a globalização do tráfico de diamantes, etc – a partir da consideração de que é necessário conhecer o funcionamento das estruturas estruturadas que antecedem e por vezes determinam a ação e o discurso dos indivíduos em seus espaços moleculares de poder. O que seria a microhistória? Narrar eventos históricos a partir do cotidiano dos indivíduos, como eles transitavam seus corpos entre costumes, valores, instituições sociais; como eles conviviam entre si, o que vestiam, o que comiam, como se casavam, se sabiam ler e escrever, como eram sepultados, quais eram seus livros e os objetos e pessoas listados em seus inventários e testamentos *post mortem*. A microhistória é uma proposta de indagação e revelação das estruturas aparentemente invisíveis, mas que permitiram em algum momento histórico a articulação de experiências individuais e coletivas.<sup>4</sup> A questão de fundo é, por um lado, não perder uma certa visão de conjunto do contexto da escravidão no Brasil e suas relações com a metrópole, a África e entre suas capitânicas; por outro lado, aprofundar o olhar microanalítico nas relações socioculturais nas minas do Serro do Frio e sua Vila do Príncipe. Um jogo não apenas de escalas global e local, mas de estratégia de conhecimento da história colonial serrana.

---

<sup>4</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas da história**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002; CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas representações. Lisboa: Difel, 1990; CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009; GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

### As minas do Serro do Frio: o muito pequeno

Nos anos de 1718, 1719 e 1720, Jacinta de Siqueira, moradora na Vila do Príncipe, declarou ao provedor da Comarca de Sabará (Quadro 1), o licenciado Antônio da Rocha Vilaverde, e seu escrivão, Manuel Gomes da Costa, ser proprietária de dez escravos. A maioria deles era proveniente da Costa Ocidental da África, possivelmente embarcados na Costa dos Escravos, no Porto de São Jorge da Mina: um cravari, oito mina; apenas um da qualidade angola, ou seja, originário da África Centro Oriental. No grupo, duas escravas mina – Joanna e Ignácia.

**QUADRO 1 - 1718-1720 - Relação de escravos - Mulheres proprietárias de escravos e lavras**

Ordem	Folha	Proprietária	Escravos (as)
11	17v.- 18	Jacinta de Siqueira [Vila do Príncipe]	1.Ambrozio Angola; 2. José Cravari; 3.Miguel Mina; 4.Antônio Mina; 5.Francisco Mina; 6.João Mina; 7.Antônio Mina; 8.Joanna Mina; 9.Leonor Mina; 10.Ignácia Mina

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Fundo Alferes Luiz Antônio Pinto, LAP-5.1, Doc. 01, Cx. 09.

Entre as mulheres proprietárias de escravos na Vila do Príncipe registradas nas folhas do livro, Jacinta era a que possuía o maior número trabalhando em suas lavras. Outras mulheres possuíam entre 6 e 1 escravos. Além disso, havia oito proprietários com maior número de escravos que Jacinta, possuindo entre 37 e 11 escravos. O interesse dos descobridores nos primeiros anos das minas do Serro do Frio era retomar rapidamente o investimento realizado com sua bandeira, o que envolvia compra e manutenção de armas, de animais, escravos e pagamento de ajudantes; depois, garantir a cobrança do quinto do ouro para justificar suas descobertas diante da Coroa portuguesa, o que implicava manter registro em livro da Fazenda Real para futura conferência do governo na Bahia (o primeiro envio dos quintos data de 10 de abril de 1706), em especial da Superintendência ou Provedoria das Minas. Somente a partir de 1709, com a criação da Capitania de São

Paulo e Minas do Ouro essa obrigação passou a ser devida diretamente ao governo paulista das minas. Com a criação da Vila do Príncipe em 1714 e depois de 1720, com a criação da Comarca do Serro do Frio, o ouvidor residente na Vila do Príncipe passou a ser o regulador e fiscal oficial das lavras, subordinado ao governo da Capitania de Minas Gerais, com capital em Vila Rica. Os livros oficiais não registram acordos individuais entre os mineiros nos seus primeiros anos. Os livros de vereações, registros e despesas começam a ser escritos em profusão com a instalação da vila e seu Senado da Câmara. Antes disso, dos anos iniciais – de 1702 até 1714 –, restam poucos documentos oficiais sobre o funcionamento das lavras e de seus acordos cotidianos.

Jacinta de Siqueira não apareceu nos assentos de recolhimento do quinto de ouro e não arrematou terras com os oficiais da Fazenda Real. Podemos objetar que os documentos são incompletos tanto para quintos do ouro, quanto para arrematações. Isso é verdadeiro, de fato. Segunda conclusão: não aparece nas minas do Serro do Frio em sua pousada do descobrimento o nome do córrego Quatro Vinténs. Todos os ribeiros receberam o nome de santos da Igreja. Três devoções de santos se consolidaram nas minas do Serro do Frio: Santo Antônio foi dado como padroeiro do bom retiro no momento do descobrimento, Nossa Senhora da Conceição deu nome à paróquia, em 1713, e Nossa Senhora da Purificação na Vila do Príncipe recebeu sua capela por volta de 1742. Contudo, há apenas dois córregos que correm pelo vale da Vila do Príncipe e que foram descobertos pelos bandeirantes paulistas, de nomes consagrados ao final do séc. XVIII – Rio do Lucas e seu afluente, o córrego Quatro Vinténs. Qual seriam os nomes desses ribeiros nos primeiros anos das lavras em plena exploração em seus leitões? Não há documentação que resolva o impasse. Ficamos com uma segunda opção que é o nome popular dos ribeiros. De fato, aí temos os nomes do rio do Lucas e córrego Quatro Vinténs. Esses são documentados já no séc. XVIII com os ditos nomes populares. Terceira conclusão: o primeiro registro oficial de Jacinta de Siqueira em documentos oficiais das minas do Serro do Frio e sua Vila do Príncipe é o pagamento de seus impostos de capitação de escravos de 1718, 1719 e 1720. Neles, se vê uma proprietária de 10 escravos (oito homens e duas mulheres) que considerando o contexto do mesmo documento, a posiciona entre as mais

opulentadas mulheres da Vila do Príncipe entre as outras mulheres proprietárias de cativos; contudo, ela não figura entre os maiores proprietários de escravos, ficando numa linha intermediária em comparação com os que controlam um plantel entre 1 e 37 cativos. Por isso, os documentos não informam sobre sua presença no momento inicial do descobrimento das minas do Serro do Frio, pelo fato de ela não surgir como arrematante de braças de terras e não ter sido quintada no ano de 1702. Pela falta de folhas no documento original ou na transcrição do alferes Antônio Luiz Pinto, pode ser que seu registro tenha se perdido, de fato. Em contraste com os primeiros anos das minas do Serro do Frio, o testamento *post mortem* de Jacinta de Siqueira, datado de 15 de abril de 1751, contém relevantes informações sobre sua vida.

### **O testamento de Jacinta de Siqueira: as disposições**

No dia 15 de abril de 1751, o testamento de Jacinta de Siqueira foi registrado no Livro 8, às fls. 33v.-38v., do Arquivo Judicial. O testamenteiro José Ricardo de Sampaio escreveu na forma da lei os pedidos de Jacinta, um a um, distribuindo sua fortuna para as filhas e netas. Tudo se passou na Vila do Príncipe, inclusive a ordem de sepultamento do corpo amortalhado de Jacinta em hábito de São Francisco, que devia ser depositado solenemente em missa de corpo presente na matriz de Nossa Senhora da Conceição. Jacinta de Siqueira também fez parte, ao seu modo, dos estratos superiores da elite serrana, tendo estruturado seu grande patrimônio em torno da escravidão.

Os testamentos do séc. XVIII são relatos individuais lúcidos, marcados por desejos pessoais, normalmente pios e devocionais, dirigidos aos vivos como memória afetiva e sentimental.<sup>5</sup> Deixar bens pela divisão do patrimônio conquistado em uma vida era o objetivo principal do ato oficial, cartorial, que era cumprido à risca ponto por ponto pelo testamenteiro. Há nos testamentos certa idealização da vida após a morte, com tentativa de garantir um acesso aos bens espirituais, especialmente com a oferta de esmolas e doações para as irmandades e

---

<sup>5</sup> PAIVA, Eduardo França. Lembrar para esquecer: africanos forros e memória escravista nos testamentos das Minas Gerais, no século XVIII. In: IVO, Isnara Pereira; GUEDES, Roberto (org.). **Memórias da escravidão em mundos ibero-americanos: séculos XVI-XXI**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 161-179.

fábricas das igrejas e capelas, bem como o pagamento de missas para a própria alma e de seus antepassados. Jacinta de Siqueira não fugiu à regra dos testamentos. O testamento de Jacinta de Siqueira é um típico documento histórico colonial. Neste documento, ela demonstra suas vontades e seus motivos de orgulho existenciais, bem como parte de sua história, em especial, sua inserção na sociedade serrana da primeira metade do séc. XVIII através das irmandades religiosas. Ela ensinou em seu momento derradeiro os motivos e motivações de sua vida, os seus afetos e predileções, sua expressão de fé mais profunda. Por isso, “os testamentos são relatos individuais que, não raro, expressam modos de viver coletivos e informa sobre o comportamento, quando não de uma sociedade, pelo menos de grupos sociais”.<sup>6</sup> Havia uma cartilha dos testamentos. O de Jacinta seguiu passo a passo essa cartilha, as chamadas disposições testamentais. A primeira disposição escrita foi a previsão imediata para o conforto da alma penitente, encomendada à “Santíssima Trindade e rogo ao Padre Eterno pela morte e paixão de seu unigênito filho a queira receber como recebeu a sua estando para morrer na árvore da vera cruz e o meu Senhor Jesus Cristo”<sup>7</sup> pedindo “por suas divinas chagas que já que na vida me fez mercê dar seu precioso sangue e merecimento de seus trabalhos me faça também nesta vida que esperamos dar o prêmio deles que é a glória”;<sup>8</sup> outro pedido feito “a sempre virgem Maria Nossa Senhora e a todos os Santos da Corte do Céu especialmente a meu anjo da guarda e a Santa do meu nome e a Senhora Santa Ana [Santana]”;<sup>9</sup> e ainda acrescentou as suas devoções:

E ao glorioso Santo Antônio e as almas do Purgatório intercedam e roguem por mim agora e quando minha alma desse corpo sair porque como verdadeiro cristão protesto viver e morrer em Santa Fé Católica e crer o que crê e tem a Santa Madre Igreja de Roma e em esta fé espero salvar minha alma não por meus merecimentos mas pelos da Santíssima Paixão do unigênito filho de Deus.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos**. 3. ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009. p. 43.

<sup>7</sup> ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO. **Livro de Registros de Testamentos**, 1751, fl. 33v.-38v., fl. 34.

<sup>8</sup> *Ibidem*, fl. 34.

<sup>9</sup> *Ibidem*, fl. 34.

<sup>10</sup> *Ibidem*, fl. 34.

A segunda disposição trata da formalização de seus testamenteiros, ou seja, por ela Jacinta pede e roga “em primeiro lugar a João Pinto Coelho em segundo lugar a José Ribeiro Sampaio em terceiro lugar o meu genro Francisco da Costa Antunes que por serviço de Deus e por me fazerem esmola e mercê queiram ser meus testamenteiros cada um por si *in solidum* conforme a ordem da nomeação”; em seguida, sua terceira disposição é anunciada: “meu corpo será sepultado na Igreja Matriz desta vila amortalhado em hábito de São Francisco” com acompanhamento dos clérigos que se acharem e “onde missa [me] dirão de corpo presente pela minha alma e se lhe dará cera costumada e peço a Irmandade das Almas, de Nossa Senhora do Rosário e do Terço que de todas sou irmã me acompanhem a sepultura”. As irmandades leigas citadas em seu testamento funcionavam, de fato, na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição sendo que a da Senhora do Rosário ainda não havia construído sua capela própria. Segue-se a declaração de que nunca foi casada, não possuindo marido para arrolar no testamento, apenas tendo direito aos seus bens suas filhas Bernarda da Conceição casada com um certo João; Quitéria Joana Batista Lopes casada com Luiz Rodrigues Fraga, Rita de Jesus Mascarenhas casada com Francisco da Costa Antunes, Josefa Gonçalves Siqueira, casada com Caetano da Gama Marcos. Havia uma outra filha, Vitória, já falecida. Assim, ela declarou que “todas quatro instituo por minhas herdeiras em igual parte nas ditas partes de meus bens”<sup>11</sup> e que da sua terça parte dispunha como bem entendia. Segue-se uma lista de seu patrimônio, revelador de sua posição social na Vila do Príncipe.

Jacinta alforriava depois de sua morte sua escrava Ângela mina “pelos bons serviços que me tem feito e me ter servido bem e ter dado suas crias, e o valor da dita minha escrava tomo no mais bem passado de minha terça e que logo por minha morte diretamente fique forra e desde agora para então a hei por liberta tanto que eu falecer”; para depois de sua morte deixou missas pagas por sua alma conforme o costume da época, “o mais breve que puder ser vinte missas a Senhora Santa Ana, outras vinte ao Senhor Santo Antônio outras vinte pelas almas do purgatório de esmola cada uma de meia oitava de ouro e ditos nesta vila”<sup>12</sup> além de

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, fl. 34.

<sup>12</sup> *Ibidem*, fl. 34.



outras dez missas para serem ditas “no altar privilegiado das almas da Igreja Matriz desta vila”, completando seus desejos com mais dez missas “pela alma de minha filha Vitoria Tavares digo Vitoria Pereira Tavares falecida e outras dez pela alma do Capitão Antônio José de Campos Lara”. Deixou o seu testamento pago com a previsão de cinquenta oitava de ouro e o restante da sua terça parte de seu patrimônio pediu que fosse dividido igualmente entre suas duas netas, “a saber Ana filha de Rita Mascarenhas de Jesus e Ana de Siqueira da Almeida filha de minha filha Bernarda da Conceição [e Lara]”. Deviam usar o dinheiro de sua parte para saldar uma dívida com Teixeira Leitão “de resto de um negro bugre que lhe comprei por [...] e vinte oitavas cento e quatorze oitavas [...] cujo negro dei em dote [a minha filha] casada com Luis Rodrigues Fraga” além da dívida com o Capitão Bartolomeu Ferros Tinoco “por um crédito de resto de uma [negra] [...bel] cabo verde que lhe comprei cinquenta e cinco oitavas de ouro”; citou também sua dívida com um padre “dos seus direitos por missas trinta oitavas de ouro mais ou menos”,<sup>13</sup> além de reconhecer dever à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da vila trinta e quatro oitavas de ouro. Segue-se uma lista de escravos:

Deixo [...] deste testamento possuo os bens seguintes, escravos Aleixo cobu, Luis mina, Antônio mina, Salvador mina, José mina, Antônio crioulo e Ambrozio que já não pago capitação e esta declarado por [...] na Intendência Escravas e crias dos delas; Angela mina sua filha Rita de idade de doze anos pouco mais ou menos; Domingas crioula três filhos da dita por nomes Mathias crioulo de ano e meio, Agostinho crioulo de três para quatro anos e uma cabrinha por nome Ana de idade de sete anos pouco mais ou menos, Ana crioula, Rita crioula Maria mulata, [Cipriana] crioula, e uma filha da dita por nome Tomazia crioula de idade de onze anos, Izabel cabo verde e mais duas escravas das ditas por mim merecidas na Intendência por nomes Mariana crioula, e Joana mina.<sup>14</sup>

Os chamados bens de raiz foram arrolados no testamento de Jacinta de Siqueira. Segundo sua declaração, eram umas casas em que ela morava com seu quintal, uma casinha que foi de Antônio Machado; os bens móveis eram três tigelas, um bofete (ou bufete, móvel comprido, geralmente de sala de jantar, dotado de

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, fl. 34.

<sup>14</sup> ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO. *Op. Cit.*, fl. 35.

arrumação na parte inferior para louça, copos, toalhas e de um tampo que serve de apoio para pratos ou travessas com comida durante as refeições, móvel para serviço de iguarias e bebidas em festas e reuniões); seis morichos cobertos de couro, um catre de jacarandá torneado com seu cortinado, três caixas grandes, um armário, um oratório fechado e pintado com uma imagem de Santo Cristo, outra de Nossa Senhora das Mercês, outra de Santa Ana; dois fornos de cobre de torrar farinha, um novo e outro já remendado; uma bacia de pés de cobre e outra de ornar; duas ditas de cobre de fazer pão de ló digo duas ditas de fazer pão de ló uma de cobre e outro de latão; dois rolos, um de cobre e outro de latão; três caldeiras de cobre dois maiores e um pequeno; uma chocolateira de cobre; uma corrente de ferro com quatro colares; umas algemas com seu cadeado; três machados; três forcas; duas enxadas grandes; cinco sacos; uma pouca de louça; seis colheres e cinco garfos de prata; uma caldeirinha de prata com sua corrente da mesma; uma tomboladeira de prata (recipiente de prata que serve para provar o vinho em formato de uma concha cujos bordos são trabalhados de forma a refletir a cor do vinho; o seu uso está ligado aos profissionais do vinho em todo o mundo, sendo elemento identificativo dos escanções); dezoito pires; onze xícaras e oito pratos de louça da Índia; dez lençóis, oito de linho e dois de Bretanha, e onze fronhas do mesmo com sua renda, quatro toalhas de Bretanha de renda, duas lisas ditas de pano de linho, duas toalhas de mesa com seis guardanapos uma de Guimarães e outra de festão, um par de meias de seda novas, uma saia de tecido preto e outra da dita de cor, uma dita de sarja de cor, outra dita de seda preta duas ditas de estaminha, uma preta e outra de cor uma coberta de seda outra de chita uma coberta de papa, três cortinas de porta, dois ceroulas de pano, um capote de quinze camisas boas; um prato de mão de cobre, um catre liso, mais duas sopeiras grandes e um da Índia, quatro garrafas, dois frascos de cristal, três copos do dito um grande dois mais pequenos, cinco frascos uma canoa grande de banhar, uma gamela grande e duas balanças de pesar – uma de quarto e outra de meia libra. Jacinta declarou ainda os escravos que deixava para suas filhas e netas, bem como lembrou-se dos seus escravos mortos, fato este incomum nos testamentos, e não sabemos se estes teriam morrido no ano do seu testamento, o que é bem possível, “por nomes João Mina, Francisco Moçambique, Antônio mina, José mina, outro Antônio mina, Maria

mina, Josefa mina, Mariana mina, Florinda crioula, Tereza mina, outra Teresa mina, Ana crioula”.<sup>15</sup> Jacinta arrolou também os escravos dados em dote para suas filhas; dessa forma, acabou revelando um pouco do movimento de compra e venda da escravaria que compunha seu opulento patrimônio:

A negra Izabel Cabo Verde e o negro que comprei a João Teixeira Leitão e dei a minha filha Quitéria; declaro que também dei e dotei a minha filha Josefa casada com Caetano da Gama os escravos seguintes: João cabra, Geraldo cabra e Antônio Angola; e depois de casada dei a uma sua filha e minha neta Ana Maria da Penha uma mulatinha por nome Maria Madalena, que terá de idade cinco anos e outra, filha da dita Penha minha neta por nome Maria dei uma crioulinha de peito por nome Francisca; declaro que dei e dotei a minha filha Quitéria casada com Luis Rodrigues Fraga, uma crioula por nome Maria, e um negro que comprei a João Teixeira Leitão, que hoje se chama Antônio e a uma filha dos ditos, minha neta chamada Ana, dei uma mulatinha por nome Maria e a outra minha neta, filha dos ditos por nome Quitéria, dei um crioulinho chamado Geraldo; declaro que dei e dotei a dita minha filha Rita, casada com Francisco da Costa Antônio, digo Francisco da Costa Antunes, um negro por nome Gregório, uma crioula por nome Josefa e uma negra por nome Caterina.<sup>16</sup>

Por fim, Jacinta reitera o desejo de que seus testamenteiros aceitassem o encargo de validar sua partilha, insistiu que havia deixado suas filhas todas casadas, acrescentou o pedido para que se dissessem vinte missas por sua intenção a Nossa Senhora das Mercês, na Vila do Príncipe, e outras, pela alma do capitão Antônio José de Campos Lara. Ela finalizou seu testamento de forma marcante: um desenho de uma cruz “que é seu sinal com que se assinou como testemunha que fiz e assino a rogo da testadora, Luiz Coelho do Amaral”.<sup>17</sup> O testamento foi aberto no dia 15 de abril de 1751, na casa do dr. Francisco Pereira.

Algumas considerações sobre o testamento. Jacinta foi sepultada no interior da matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe, em campa encomendada, sob os auspícios da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Os irmãos e irmãs do Rosário se reuniam na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição por não haver ainda sua capela na Vila do Príncipe. De fato, a capela

---

<sup>15</sup> ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO. *Op. Cit.*, fl. 35.

<sup>16</sup> *Ibidem*, fl. 35.

<sup>17</sup> ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO. *Op. Cit.*, fl. 37.

ficou pronta apenas depois da morte de Jacinta de Siqueira, por volta de 1758, quando a irmandade solicitou a benção do templo a fim de celebrarem-se os ofícios divinos, faltando ainda a constituição de um patrimônio ou fábrica. Talvez esse patrimônio possa ter recebido o aporte do testamento de Jacinta, no valor de 34 oitavas de ouro ou cerca de 500\$000 réis, descontado o quinto do ouro. No seu testamento, Jacinta fugiu à regra e não anunciou sua condição de escrava forra, nem sua naturalidade ou nacionalidade, algum território, povoado, arraial ou cidade da África Ocidental, ou qualquer outro que pudéssemos identificar sua origem no Brasil ou na África. Ela foi vendida oficialmente no Porto de São Jorge da Mina, segundo a qualidade “mina” encontrada em documentos de batizados de suas netas. Jacinta era uma africana ocidental, embarcada para Salvador, capital do Brasil, por volta da segunda metade do séc. XVII. Não sabemos seu verdadeiro idioma, aprendido com seus pais. Ela não contou sua origem africana no testamento. Segundo Júnia Furtado, Jacinta teria encomendado mais 55 missas, “das quais quinze em devoção de Santo Antônio, vinte para as demais almas do purgatório, dez para a alma de Antônio Quaresma (*sic*), e dez para a de Vitória Pereira, sua filha já falecida”<sup>18</sup> sendo que “a preocupação com Antônio Quaresma confirma a relação de ambos em vida, como revelou Costa Matoso”.<sup>19</sup>

Jacinta de Siqueira foi mãe de cinco filhas de qualidade mulata (seus pais eram homens brancos) e/ou crioula, uma vez que foram filhas de uma escrava africana forra nascidas no Brasil. Como afirmou em seu testamento, ela não foi casada oficialmente com nenhum homem português, baiano ou paulista. Por isso, as filhas tiveram pais biológicos diferentes.

Bernarda da Conceição e Lara foi a que recebeu mais escravos de sua mãe em vida e que foram citados no seu testamento. No total foram 20, sendo que dez já haviam morrido, três foram dados como dote de casamento e um resgatado do penhor. O sobrenome desta filha indica que era filha do capitão Antônio José de Campos Lara, o mesmo que conduziu Jacinta para as minas do Serro do Frio, em companhia protetora, como amigo ou amante, em condição de escrava ou já

---

<sup>18</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 108.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 108.

alforriada. Antônio José de Campos Lara tornou-se o fundador da Irmandade do Rosário, sendo o primeiro a assinar o seu compromisso, enviado para a aprovação do bispo do Rio de Janeiro, em 1728.

Quitéria Joana Batista Lopes foi casada com Luiz Rodrigues Fraga. Ela recebeu também de sua mãe três escravos por herança, pelo menos dois como dote de casamento. O filho dela, Joaquim Rodrigues Fraga, casou-se com Maria Eusébia Pontes Rosa (filha de José Leandro da Gama e Vitória Nunes de Oliveira), no dia 13 de fevereiro de 1773, na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe.<sup>20</sup> O neto de Jacinta de Siqueira foi proprietário do Retiro Pouso Alegre, no Ribeirão da Cachoeira, conforme documento seguinte:

Retiro Pouso Alegre – Pedro Generoso. Sítio de matos e capoeiras denominado Ribeirão da Cachoeira com rancho coberto de capim que partem de um lado com terras do reverendo Inácio Bello de Freitas, para outro com Gonçalo Mz. Ferreira e com quem suas haja de partir. Era de Manuel Nunes da Paixão, este o vende a Joaquim Rodrigues Fraga [este neto de Jacinta de Siqueira] e este e sua mulher Maria Euzébia Ponte Rasa o revende ao padre Inácio Bello de Freitas. Depois passou a José Ribeiro Peixoto, deste para Bernardo José Ferreira Rabello, depois sua viúva e filhos, em seguida para Pedro Generoso Filho e hoje de sua viúva e filho dr. Félix Generoso (Livro 98 de Notas fl. 15, 1793). Nesta fazenda funciona hoje [1966] a Escola Rural Fazenda Pouso Alegre.<sup>21</sup>

Outro filho de Quitéria, Francisco Rodrigues Fraga casou-se com Rosa da Silva Guedes (filha de Joana Guedes preta forra da nação mina batizada no Tijuco), no dia 02 de agosto de 1775.<sup>22</sup>

Rita de Jesus Mascarenhas foi casada com Francisco da Costa Antunes. Ela também recebeu três escravos como herança de sua mãe, pelo menos dois como dote de casamento. Segundo o alferes Antônio Luiz Pinto, citado por Gilberto Freyre, “os pais de todos os filhos de Jacinta Siqueira – acrescenta o genealogista – foram homens importantes e ricos e muitos figurão entre os homens da governança [...]. Entre outros, um sargento-mor”.<sup>23</sup> Um sargento-mor de

---

<sup>20</sup> ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno 49**, n.p.

<sup>21</sup> ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno 8**, n.p.

<sup>22</sup> ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno 49**, n.p.

<sup>23</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 23. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1984. p. LXXVII.

sobrenome Mascarenhas foi o escrivão do descobrimento das minas do Serro do Frio, Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, nomeado para o cargo em 05 de fevereiro de 1711, e que no ato de sua nomeação foi chamado apenas por Lourenço Carlos Mascarenhas. Ele também foi eleito vereador para o Senado da Câmara em 1716 e 1717, governando a Vila do Príncipe como oficial. Há um registro de terras que haviam sido de Rita e seu marido Francisco:

Rio do Peixe Pequeno – em 28 de novembro de 1783 Antônio Gomes de Moura vende ao capitão João Pinto Coelho um sítio que tinha sido do falecido Francisco da Costa Antunes e sua mulher Rita de Jesus Mascarenhas [filha e genro de Jacinta de Siqueira] e foi arrematado em praça com ... matas virgens e capoeiras, Livro 85, fl. 113v.<sup>24</sup>.

Josefa Gonçalves de Siqueira herdou de sua mãe três escravos, pelo menos dois como dote de casamento. Era filha de Jacinta de Siqueira com o capitão Antônio Gonçalves de Oliveira, natural da cidade da Bahia. Josefa casou-se com Caetano da Gama Marcos. Eles batizaram sua filha Vitória no dia 12 de outubro de 1747, nascida em 26 de setembro do mesmo ano. Neste registro de batismo, a identidade, ou para ser mais exato, o nome seguido da qualidade de Jacinta, que fica assim esclarecida e comprovada: “Jacinta de Siqueira, preta forra nação mina”.<sup>25</sup>

As netas e uma bisneta de Jacinta de Siqueira receberam cada uma, um ou dois mulatinhos cada. Os escravos garantiriam para suas descendentes alguma renda e um melhor posicionamento no mercado de matrimônios da Vila do Príncipe e de seu termo.

Ao final de sua vida, em 1751, Jacinta de Siqueira havia conseguido praticamente triplicar o número de dez escravos que declarara na capitação de 1718, 1719 e 1720. Por certo, ela comercializava escravos, comprando e vendendo em função de suas necessidades do momento; dava-os em dote para as filhas no momento do casamento, fazendo girar sua fortuna em torno da escravidão. Por isso, ela pôde durante sua vida opulenta, seguir “os padrões da elite do arraial no

---

<sup>24</sup> ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno 3**, n.p.

<sup>25</sup> ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA. **Livro de Batizados - 1740/1754**, fl. 86v.

que se refere ao mobiliário de suas moradas”,<sup>26</sup> pois em sua casa “havia um bufete, três caixas grandes, um armário, uma mesa de jantar, um catre liso e um de jacarandá torneado com cortinado e uma colcha de seda, bem como lençóis e fronhas de linho”;<sup>27</sup> além disso, “guardava cinco oratórios, com as imagens de Cristo, de Nossa Senhora das Mercês, de Santa Ana com seu resplendor de ouro, de Nossa Senhora com uma coroa dourada, e, por fim, de santo Antônio encimado por uma coroa de prata”;<sup>28</sup> no momento de sua morte, “os sinais exteriores de honra tinham a pretensão de mostrar que ela conseguira se retirar do mundo da desclassificação que a cor e a condição de escrava haviam lhe impingido”.<sup>29</sup>

Entre os três mais importantes historiadores – o serrano Nelson Coelho de Senna (1876-1952), falecido aos 76 anos, o serrano Dario Augusto Ferreira da Silva (1859-1927) falecido aos 67 anos, e o caeteense e serrano de coração alferes Luiz Antônio Pinto (1841-1924), falecido aos 83 anos, houve o que podemos denominar de “questão Jacinta de Siqueira”. Os três grandes estudiosos da história antiga das minas do Serro do Frio foram contemporâneos, tiveram várias oportunidades de conversar sobre suas pesquisas e leram-se mutuamente pela revista do Arquivo Público Mineiro (Senna e Pinto), pelos jornais serranos (Silva pelo *O Ibiti-rui* e Pinto pelo *O Serro*) e tiveram contato entre si em eventos públicos como a comemoração dos 300 anos da Vila do Príncipe comemorado com grandes festejos em 1914, no qual Senna foi orador, Pinto ajudou na elaboração do *Álbum do Bicentenário* e Silva era importante juiz aposentado da Comarca de Ferros, já de volta para a cidade do Serro. Contudo, entre eles surgiu uma querela em torno de quem foi e o que fez Jacinta de Siqueira. Cada um agiu de uma forma dissonante com os outros.

Senna publicou, em 1895, um ensaio chamado *Memória histórica e descritiva da cidade e município do Serro*. Ele se recusou radicalmente a nomear neste manuscrito o nome de Jacinta de Siqueira como figura importante nos primeiros anos das minas do Serro do Frio. A sua forma lacunar de contar o que ele

---

<sup>26</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. Cit.*, p. 133.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 181.

chama de lenda de uma tal negra mina aparentemente desconhecida em nome e origem é bastante interessante do ponto de vista da narrativa histórica:

Conta a lenda – esse véu nebuloso da história – que uma africana (*negra mina*), cujo nome se desconhece, se enriqueceu com a quantidade extraordinária de *pepitas* de ouro, por ela encontras no córrego *Quatro Vinténs*, que banha a atual cidade do Serro; – o que, em agradecimento a Deus, levantara ela, onde se vê hoje o poético e elegante templo da *Purificação*, uma tosca capela – simples e modesto embrião do culto naquelas paragens – núcleo primitivo da população que para ali logo afluiu. Essa descoberta dos abundantes veios de ouro no território serrano motivou o rápido desenvolvimento da zona, então pouco conhecida e desabitada. Tanto assim, que, chegando aos ouvidos de dom Braz Baltazar da Silveira, – que era governador da Capitania unida de Minas e São Paulo, naquele tempo, – a notícia de sua importância que iam assumindo as minas do *Serro Frio* e seu consequente povoamento, foi ele, em 1713, visitá-las. E tal a sua boa impressão, que pediu ao rei D. João V a ereção a vila, do distrito do *Serro Frio*, no que foi atendido pelo alvará régio de 29 de janeiro de 1714, que elevava o Serro à categoria de vila, com o nome de Vila do Príncipe.<sup>30</sup>

Detalhe dessa narrativa é que Senna nasceu na casa defronte da demolida igreja da Purificação. Viveu sua infância no Serro. Ele deve ter escutado muitas histórias sobre aquele templo. Não sabia ele quem teria sido a primeira mulher a mandar construir aquela “tosca capela” que deu origem ao “poético e elegante templo da Purificação”? Ele identificou a elevação das minas do Serro por uma mobilização do governador dom Braz Baltazar da Silveira. De fato, o primeiro pedido da população serrana foi a criação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição criada em 1713; depois veio a elevação à vila, em função da complexidade do controle exigido nos descaminhos do ouro nas minas serranas.

Contudo, a opinião de Senna sobre Jacinta de Siqueira mudou no texto intitulado *Traços biographicos de serranos ilustres, já fallecidos*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1903, e republicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1905. Nele, Jacinta de Siqueira aparece completando as lacunas de seu texto de 1895: “a própria africana Jacintha de

---

<sup>30</sup> SENNA, Nelson Coelho de. **Memória histórica e descritiva da cidade e município do Serro**. Ouro Preto: Typ. Ferreira Lopes & C., 1895. p. 6.



Siqueira, anunciadora feliz do ouro a granel, no córrego desde então chamado *Quatro Vintens*, levantara a primeira rustica ermida catholica, onde hoje é a igreja da Purificação. Não tardariam os sacerdotes”.<sup>31</sup> O que teria feito Senna mudar de opinião e considerar Jacinta de Siqueira a protagonista da descoberta do ouro no ribeiro Quatro Vinténs? Uma explicação parece plausível: em 1895 sendo a capital mineira ainda Ouro Preto talvez houvesse certo constrangimento em assumir o protagonismo de uma mulher africana alforriada nos descobrimentos mineiros. Nesse contexto, buscava-se a valorização dos heróis nacionais que pudessem criar um imaginário favorável à república recém-implantada por um golpe de estado. Os bandeirantes paulistas desbravadores do sertão brasileiro pareciam propícios à criação desse imaginário ligado ao mito fundador nacional ou a concretização de seu destino manifesto na moldura da república ainda nascente, em que os vultos nacionais estavam sendo escolhidos a dedo. Com o passar do tempo foi preferida a figura de Tiradentes, por conta do seu ideal de liberdade nacional, mais afeito ao ideário republicano.

Silva ou o dr. Dario, por sua vez, escreveu em 1924-1925 seu livro *Memória sobre o Serro antigo*, publicado em 1928 depois de seu falecimento. Ele nada escreveu sobre Jacinta de Siqueira. Absolutamente nada. Conhecedor das lendas sobre o Serro antigo, dos seus caminhos mais remotos, dos documentos do Senado da Câmara mais escondidos em arquivos públicos, pesquisador acostumado aos testamentos antigos nada escreveu sobre Jacinta de Siqueira. Em desacordo com Senna e Silva, o alferes Luiz Pinto escreveu, descreveu, problematizou, divulgou e acentuou a importância de Jacinta de Siqueira para a constituição das minas do Serro do Frio. Um texto dele enfiado entre suas cartas e cadernos, datado de 05 de março de 1895, foi copiado pela historiadora Maria Eremita de Souza em um de seus cadernos. Ele explica, em tom de ironia e inconformação com o distrato da ancestralidade negra dos serranos, o que se passava:

Jacinta de Siqueira – a negra mina que primeiro achou ouro no córrego Quatro Vinténs – se admite primeiro que ninguém gosta

---

<sup>31</sup> SENNA, Nelson Coelho de. Traços biographicos de serranos ilustres, já falecidos, precedidos de um bosquejo histórico sobre a fundação da cidade do Serro (Minas Gerais). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 10, p. 167-210, 1905. p. 171. Grifos do autor.

de apurar gerações quando souber que alguém de seus maiores alisou negros fogões. Outrora tinham razões, hoje porém é asneira; e se todos pensassem como eu, veriam em breve a minha galeria de africanas que se celebrizaram por seus descendentes, e haviam de gostar porque o mal de muitos é consolo, e muitos são os que eu posso em poucos manuscritos alistar nas fileiras de meu batalhão. Nada farei: sou velho e sou prudente, não quero assanhar abelhas contra mim. Seja branco quem quiser, certo que nada direi do que sei.<sup>32</sup>

Toda a narrativa anônima de Senna ganhou o nome de Jacinta de Siqueira. No mesmo ano em que Senna publicou sua memória serrana. A crítica de Pinto parece carregar uma luta pessoal contra o racismo dos últimos anos do séc. XIX. Ele havia participado da criação em 1870 da Associação Filantrópica Os Obreiros da Emancipação a fim de auxiliar na libertação de escravos na região serrana. Depois da abolição de 1888 pareceu-lhe “asneira” impedir que a verdade sobre as famílias serranas fosse dita abertamente: a maioria dos grandes homens da cidade teriam, de fato, africanas em sua árvore genealógica. Seu texto de desabafo contrasta *a fortiori* com sua postura de historiador insistente em incensar – normalmente em manuscritos encomendados pela Revista do Arquivo Público Mineiro – os grandes vultos portugueses da colonização serrana e seus descendentes. Não consta em seu acervo de documentos pessoais, anotações de pesquisas e genealogias que ele tenha feito um percurso de pesquisa em torno de Jacinta de Siqueira, por exemplo. Contudo, Gilberto Freyre teria usado um manuscrito escrito por ele no seu livro *Casa-grande e senzala*, publicado em 1933, nove anos depois da morte do historiador caeteense. Sigamos o que escreveu Freyre:

Estes cadernos, tive a fortuna de encontrá-los em recente viagem a Minas. Acham-se alguns em Caeté, outros em Belo Horizonte, em mãos de um particular, que gentilmente nos franqueou à leitura. Representam o esforço pachorrento, e tudo indica que escrupuloso, não de um simples bisbilhoteiro, mas de velho pesquisador municipal, falecido há anos: Luís Pinto. Pinto passou a vida vasculhando arquivos, atas, livros de registro de casamento e batismo, testamentos, na colheita de dados genealógicos de algumas das mais importantes famílias mineiras. Tive o gosto de ver confirmadas por esses dados generalizações a que me

---

<sup>32</sup> ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno 18**, n.p.

arriscara, na primeira edição deste trabalho, sobre a formação da família naquelas zonas do Brasil onde foi maior a escassez de mulher branca. É assim que Jacinta de Siqueira, “a célebre mulher africana que em fins do século XVII ou princípios do XVIII veio com diversos bandeirantes da Bahia” e a quem “se deve o descobrimento de ouro no córrego Quatro Vinténs e ereção do Arraial à Villa Nova do Príncipe em 1714”, aparece identificada como o tronco, por assim dizer matriarcal, de todo um grupo de ilustres famílias do nosso país. “Os pais de todos os filhos de Jacinta Siqueira – acrescenta o genealogista – foram homens importantes e ricos e muitos figurão entre os homens da governança [...]” Entre outros, um sargento-mor.<sup>33</sup>

A presença de Jacinta de Siqueira no mais importante livro de Freyre não pode ser minimizada. O papel de Jacinta na sua obra é o de referendar a ideia de intoxicação sexual reinante nos trópicos. A mulher africana (e a indígena, primeiramente) surge nesses relatos como objeto de desejo dos portugueses – o mito da negra mina como amuleto de sorte é recorrente nessa narrativa – para o qual são arrastados naturalmente, num aparente inevitável descontrole emocional e moral. Por conta dessa intoxicação sexual, Jacinta teria se tornado amante de homens poderosos do Brasil. A crítica a essa representação do corpo da mulher negra é bem conhecida dos estudos culturais mais recentes. Eles pretendem mostrar a violência simbólica contida nessa prática patriarcal colonial: em torno da devassidão dos homens do poder – a escravidão é uma violação absoluta do corpo feminino – a culpa pelo pecado da carne seria imputada totalmente à mulher, responsável unicamente pela própria violação. O matriarcado de Jacinta é bastardo, pois nunca reconhecido oficialmente pela Coroa portuguesa nem pela igreja, uma vez que suas filhas não receberam a herança de seus pais e elas não usufruíram de seu direito de linhagem direta dos homens da governança. Já vimos anteriormente que o próprio alferes Luiz Pinto denunciava o descaso dos descendentes de Jacinta por sua história, pelo matriarcado iniciado com o nascimento da primeira filha do primeiro amante em algum lugar da Bahia. Jacinta soube usar o concubinato para criar uma extensa rede de proteção a fim de transitar com autonomia nos territórios mineiros. Ela usou a proteção de seus amantes – uma relação sujeita a complexos rituais de sedução e submissão,

---

<sup>33</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. LXXVII.

alegrias e tristezas, acordos e desacordos, amor e ódio – transformando-a com grande sabedoria em patrimônio particular, acesso às minas de ouro, ao mercado de escravos e aquisição de terras e casas.

Contudo, foi a historiadora serrana Maria Eremita de Souza quem fez uma anotação fundamental sobre Jacinta de Siqueira. Segundo um relato brevíssimo, um homem teria acompanhado Jacinta para as minas do Serro do Frio: “Antônio [José] de Campos Lara veio da Bahia trazendo Jacinta Siqueira”.<sup>34</sup> Para a historiadora serrana Jacinta de Siqueira “veio como companheira de seu senhor da Bahia”.<sup>35</sup> A informação a princípio parece solucionar o problema sobre quem conduziu a africana forra pelo sertão brasileiro com destino à região serrana. Mas continuam as dúvidas. A primeira é se se trata objetivamente da Capitania da Bahia e seu território no séc. XVII; Jacinta morava então em alguma região mineira, como Cachoeira ou Jacobina, ou morava em Salvador ou outro arraial? A segunda é se se tratava dos caminhos da Bahia, podendo indicar que Jacinta de Siqueira teria passado antes por Sabará, na pousada dos bandeirantes oficiais do território das minas gerais, porta de entrada para as serras do Espinhaço e Itacambira, entre os vales dos rios Jequitinhonha e Doce. Se ela passou pelos caminhos da Bahia pode ser que tenha se aventurado em terras paulistas antes de aventurar-se no sertão mineiro. As famílias dos bandeirantes paulistas da região do Vale do Paraíba, Itu, Taubaté, Sorocaba tiveram desde o séc. XVI relações com o sertão baiano, casando famílias nos caminhos entre a Bahia e São Paulo. O capitão Antônio José de Campos Lara teve seu sobrenome “Lara” esquadrinhado na genealogia paulistana.<sup>36</sup> Contudo, não aparece o costado Lara ou mesmo Campos Lara. Não surge o nome de Antônio na genealogia dessa família. Fato é que Jacinta de Siqueira precisou de companhia especializada para chegar às minas do Serro do Frio. Teria chegado já opulentada de escravos ou os adquiriu nas minas serranas? Não sabemos. Quem assinou sua carta de alforria na Bahia, em que condições – pecúlio (compra parcelada da liberdade), escrava de ganho (faisqueira de ouro ou vendedora de tabuleiro), afeto paternal/maternal de seu dono ou de sua dona concedendo a

---

<sup>34</sup> ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno 184**, n.p.

<sup>35</sup> SOUZA, Maria Eremita de. **Aconteceu no Serro**. Belo Horizonte: BDMG, 1999. p. 73.

<sup>36</sup> LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 253-280.

carta com bens materiais ou mesmo escravos, concubinato (as relações amorosas teriam resultado além de suas filhas, presentes de seus amantes, como propriedades de terras e escravos). Ao que tudo indica, ela era protegida desde a juventude por homens opulentados e transitava como ninguém entre os membros da elite bandeirante – baiana e paulistas – do final do séc. XVII. Ela teria conseguido proteção afetiva, material e informações privilegiadas de seus amantes para ampliar sua riqueza. Assim, o testamento de Jacinta de Siqueira mostrou que ela conseguiu ajuntar grande riqueza desde muito cedo, sendo capaz de fazer investimentos pessoais – amantes, protetores, parceiros –, em ouro – através da atividade mineradora – e em moeda corrente – transformando dinheiro em propriedade rurais e casas.

Nossos estudos apontam para a seguinte conclusão sobre a chegada e permanência de Jacinta de Siqueira às minas do Serro do Frio: após os descobrimentos oficiais de 1702 das minas serranas, a notícia chegou até os ouvidos do capitão Antônio José de Campos Lara, morador na Bahia. O capitão baiano vivia em concubinato com Jacinta de Siqueira, negra mina, liberta pelo próprio capitão de quem era escrava, que lhe opulentou com a propriedade de alguns escravos, capitados em 1718. A comprovação dessa relação amorosa entre o capitão e sua escrava forra é o registro em testamento do nome de sua primeira filha, Bernarda Conceição e Lara, que teve ainda bastante jovem. Jacinta de Siqueira distanciou-se de seu antigo amante baiano e se relacionou com outros homens bons nas minas do Serro do Frio, entre eles o sargento-mor Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, que assumiu este posto em 1711, com quem teve a filha Rita de Jesus Mascarenhas. Jacinta e o capitão Campos Lara mantiveram suas devoções religiosas, erigindo a capela de Nossa Senhora da Purificação, de devoção tipicamente baiana, participando das irmandades, sendo que o capitão foi o fundador oficial da Irmandade do Rosário, da qual se tornou o nome mais importante, sendo o primeiro a assinar o compromisso aprovado em 1728, pelo bispo da Diocese do Rio de Janeiro. Contudo, o testamento não deixa dúvida de que o grande amor da vida de Jacinta de Siqueira foi Antônio José de Campos Lara, aquele que a conduziu para as minas serranas e que a ajudou se tornar uma das mulheres mais opulentadas e influentes da Vila do Príncipe, capitão este lembrado

em seu testamento, para quem ela deixou encomendado missas, por ter ele falecido antes dela.

### **Lenda e história**

A “questão Jacinta de Siqueira” gerou entre os historiadores serranos três posturas diferentes: Nelson Coelho de Senna (1895) fez ouvidos de mercador em sua primeira narrativa sobre a “negra africana”, tornando anônimo seu relato sobre a negra mina das pepitas de ouro no córrego Quatro Vinténs; dr. Dario Augusto Ferreira da Silva (1928) nada disse sobre ela em seu livro; alferes Luiz Antônio Pinto fez grande elogio da presença de Jacinta desde o início dos descobrimentos nas minas do Serro do Frio e sua versão foi importante para o argumento de uma certa matrifocalidade no livro *Casa-grande e Senzala*, de Freyre. Podemos datar a “descoberta” de Jacinta de Siqueira no ano de 1895. Nos anos seguintes, em torno dessa memória – muitas vezes fantasiosa e exagerada, equivocada e sem base documental – construiu-se uma representação sociocultural de Jacinta de Siqueira. A versão popular, agradável ao senso comum pela capacidade de responder ao princípio do imaginário fantástico, acabou por aproximar Jacinta de Siqueira de outra negra forra, Chica da Silva. Isso tem lá suas razões: ambas amantes de homens poderosos e opulentados, ligadas à mineração de ouro e diamantes, donas de seus próprios destinos, mulheres exemplares de um feminismo *avant la lettre* – mulheres à frente de seu tempo, ostentadoras de riquezas, luxo e poder nos seus círculos sociais, etc. Quem nunca ouviu falar do lago artificial de Chica da Silva, com barco para navegar? Quem não ouviu dizer o espírito de Jacinta de Siqueira tocava seu sino da Purificação nas noites frias do Serro como alma penada? Um rico imaginário popular vinculou essas duas mulheres. Entre a ficção e a realidade dos documentos, entre a lenda e história surgiu um outro relato, desta vez tido como definitivo para definir o alcance do poder de Jacinta de Siqueira nas minas do Serro do Frio.

Trata-se do *Códice Costa Matoso – Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de, 1749, & vários papéis*, republicado em 1999 pela Fundação João Pinheiro, em dois volumes.

Naquele mesmo ano, a historiadora Júnia Ferreira Furtado publicou o artigo *Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso*. No artigo mencionado, Furtado explica que as minas do Serro do Frio receberam uma versão importante para sua história:

A fundação da Vila do Príncipe foi atribuída pelo Ouvidor, de forma inédita, aos caprichos de uma negra. Segundo sua descrição, o pelourinho foi erguido por ordem do Ouvidor de Sabará, Luís Botelho de Queirós, em um local distante apenas duas léguas do arraial do Tejuco. Mas, passado pouco tempo, o juiz *Antônio Quaresma (sic)* mudou a povoação para um novo sítio, onde está até hoje, distante do arraial nove léguas, tudo a instâncias de uma sua amiga negra, por nome Jacinta, existente ainda hoje, que vivia naquele sítio com lavras suas. Como Jacinta, nas Minas no século XVIII, eram muitas as negras e mulatas que estabeleciam relacionamentos ilícitos com o sexo oposto. [...] O Ouvidor Caetano Costa Matoso reuniu em seus apontamentos três documentos referentes à região diamantina da Capitania de Minas, que circundava o antigo arraial do Tejuco. O primeiro, de sua própria lavra, era uma compilação dos principais acontecimentos desde as descobertas do ouro e dos diamantes na região, na forma de uma corografia da Vila do Príncipe e do próprio arraial, até por volta do ano de 1750. [...] Todos os documentos apontam interessantes caminhos de pesquisa para o historiador, apesar do primeiro ser, aparentemente, o mais instigante pela amplitude e originalidade dos temas abordados. Tratava-se de Jacinta de Siqueira, umas das primeiras moradoras da região, que viveu na Vila do Príncipe e ali morreu em abril de 1751.<sup>37</sup>

Em 2003, Furtado publicou o livro *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. Nele, mais uma vez, a versão de Costa Matoso foi repetida:

Segundo o ouvidor Caetano Costa Matoso, a história da região diamantina sempre esteve ligada às negras e mulatas forras que, poderosas, como Chica da Silva, submetiam os homens brancos a seus desejos. Revelou ele que a fundação da Vila do Príncipe se deveu aos caprichos de uma delas. O pelourinho teria sido erguido em um local distante apenas duas léguas do arraial do Tejuco por ordem de Luiz Botelho de Queirós, ouvidor de Sabará mas, pouco tempo depois, o juiz *Antônio Quaresma (sic)* mudou a povoação para um novo sítio, onde está até hoje, distante do arraial nove léguas, tudo “a instâncias de uma amiga negra, por nome Jacinta, existente ainda hoje, que vivia naquele sítio com lavras suas”.

---

<sup>37</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 21, p. 295-306, 1999. p. 295. Grifo nosso.

Referia-se à negra forra Jacinta de Siqueira, uma das primeiras moradoras da Vila do Príncipe, que viveu na primeira metade do século XVIII, tendo falecido em abril de 1751.<sup>38</sup>

A versão de Furtado sobre Jacinta de Siqueira foi transcrita em teses e dissertações pelo Brasil afora. Artigos acadêmicos foram escritos tendo por base a afirmação de Furtado/Matoso. Em 2011, Cláudia Damasceno Fonseca publicou em livro sua tese de doutorado:

A Vila do Príncipe, erigida em 1714, oferece outro exemplo de mudança de sítio urbano. No entanto, as modificações da transferência foram ali totalmente diferentes, como vemos num relato histórico anônimo, feito por volta de 1750: “fundou-se e levantou-se pelourinho no morro de Santo Antônio, duas léguas distantes do Tijuco, o que foi mandado levantar pelo ouvidor de Sabará Luiz Botelho de Queirós, e passados poucos anos se mudou esta vila para o sítio que hoje existe, distante do primeiro onze léguas e do Tijuco nove, *pelo juiz ordinário Antônio Quaresma (sic)*, a instâncias de uma sua amiga negra, por nome Jacinta[...]. Porém, os terrenos da amásia do juiz da Vila do Príncipe iriam se revelar pouco propícios a uma implantação urbana, por serem acidentados e estarem ainda ocupados por lavras de ouro. Em 1731, Antônio Ferreira de Mello, ouvidor da Comarca do Serro do Frio, afirmava que a vila não possuía, então, mais que sessenta casa, a maioria “coberta de palha”, e que ela jamais teria aumento, “pela ruim paragem em que fica”.<sup>39</sup>

Em resumo, as historiadoras explicam a partir de Matoso que as minas do Serro do Frio descobertas em 1702 tiveram sua vila oficialmente mandada erigir por decreto régio de 1714 mudada de lugar por conta de um pedido de Jacinta de Siqueira ao seu amante, o juiz ordinário Antônio Quaresma. Tanto Furtado quanto Fonseca não tiveram o trabalho de cotejar as informações de Matoso com o livro do dr. Dario Augusto Ferreira da Silva, *Memória sobre o Serro antigo*, com o ensaio de Nelson Coelho de Senna, *Memória histórica e descritiva da cidade e município do Serro*, ou mesmo as memórias municipais da Revista do Arquivo Público Mineiro, onde o alferes Luiz Antônio Pinto transcreveu o *Livro da Fazenda Real das minas do Serro do Frio e Tucambira*. Estaria toda a tradição histórica serrana

---

<sup>38</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva...** *Op. Cit.*, p. 107. Grifo nosso.

<sup>39</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 510.



errada em relação à elevação das minas do Serro do Frio, entre os córregos Quatro Vinténs e o rio do Lucas, em Vila do Príncipe? As medidas usadas por Matoso estariam certas? Existiu o morro de Santo Antônio? Antônio Quaresma foi juiz onde, quando, em que arraial ou vila? No testamento de Jacinta de Siqueira não existe o nome de Antônio Quaresma, mesmo porque esse personagem nunca existiu. Seguindo o equívoco do manuscrito apócrifo que a historiadora Furtado nomeou como sendo da lavra do próprio ouvidor, ela repetiu o nome Antônio Quaresma como se tirado do testamento oficial. Ela afirma categoricamente, que Jacinta de Siqueira teria deixado encomendado, ou seja, pago pelo testamenteiro, mais 55 missas, “das quais quinze em devoção de Santo Antônio, vinte para as demais almas do purgatório, dez para a alma de Antônio Quaresma (*sic*), e dez para a de Vitória Pereira, sua filha já falecida” sendo que “a preocupação com Antônio Quaresma confirma a relação de ambos em vida, como revelou Costa Matoso”<sup>40</sup>. Contudo, Antônio Quaresma, que nunca existiu, seria o capitão Antônio José de Campos Lara, o mesmo que a levou como escrava ou forra para as minas do Serro do Frio, e é citado três vezes em seu testamento. A confusão poderia ter sido resolvida facilmente, se houvessem sido consultadas as fontes da história serrana, em especial, o livro *Memória sobre o Serro antigo* (p. 152), do Dr. Dario. Nele, fica claro o problema inicial do Códice Costa Matoso, uma confusão sem precedentes com os nomes dos juízes e vereadores não de 1714, mas de 1719: José Quaresma Franco e Antônio [José] de Campos Lara. A historiadora acabou por creditar o nome dado erradamente no Códice Costa Matoso grafado como Antônio Quaresma, tornando-o presente não sabemos por qual motivo, no testamento de Jacinta de Siqueira. Antônio Quaresma seria, então, o capitão Antônio José de Campos Lara. Teria ele pedido para mudar a vila de lugar seguindo os caprichos de Jacinta. Não acreditamos que seja possível devido aos equívocos esclarecidos. Antes de problematizar a versão de Matoso reproduzida por Furtado e Fonseca, é importante retomar o texto original. Vamos fazer isso em duas partes. Na primeira, as considerações dos paleógrafos responsáveis pela transcrição do documento original, depois o texto do Códice, propriamente dito:

---

<sup>40</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva...** *Op. Cit.*, p. 108.

O relato parece ter sido encomendado pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso, nos primeiros anos de sua atuação como ouvidor de Vila Rica (1749-52), a antigo morador capaz de testemunhar sobre a ocupação do território das Minas Gerais. O interesse do ouvidor em reunir relatos sobre o povoamento de Minas Gerais, seja por exigências do cargo ou por seu perfil intelectual, coincide com o falecimento dos remanescentes dos primeiros povoadores de Minas e com a fixação de suas reminiscências sob a forma escrita, colecionadas por particulares. É também revelador, por outro lado, do apreço do compilador pelos aspectos técnicos na região. Autoria, local e data: anônimo; Vila do Príncipe; ca.1750.<sup>41</sup>

Agora, o texto anônimo com a história da Vila do Príncipe:

Fundou-se e levantou-se pelourinho no morro de Santo Antônio, duas léguas distante do Tijuco, o qual foi mandado levantar pelo ouvidor do Sabará Luís Botelho de Queirós, e passados poucos anos se mudou esta vila para o sítio em que hoje existe, distante do primeiro onze léguas e do Tijuco nove, pelo juiz ordinário Antônio Quaresma, a instâncias de uma sua amiga negra, por nome Jacinta, existente ainda hoje, que vivia naquele sítio com lavras suas. E para ali fez mudar o pelourinho e tudo o mais que pôde, e se foi aumentando, e tem hoje bastantes moradores com Casas de Câmara e Cadeia e residência dos ouvidores, que hoje naquela comarca há, em que foi o primeiro Antônio Rodrigues Banha pelos anos de 1725, e este se retirou pela Bahia, onde faleceu.<sup>42</sup>

O primeiro problema do texto anônimo é exatamente saber quem é o seu autor, onde morava, quais os seus interesses em contar a história dessa forma.<sup>43</sup> Trata-se de uma fonte anônima e desconhecida, aceita como narrativa verdadeira. Não sabendo quem foi o seu autor – como ficou informado sobre o acontecido, usou documentos ou baseou-se em intrigas populares? – a fonte continua sendo

---

<sup>41</sup> CÓDICE Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. p. 845-846.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 847.

<sup>43</sup> Cf.: BOSCHI, Caio. “Como os filhos de Israel no deserto”? (ou: a expulsão de eclesiástico em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII). **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 21, p. 119-141, 1999. p. 119-120. O autor alertou sobre os problemas do manuscrito, quando analisando o propósito e as formas, afirma que “a sua festejada *Coleção das notícias* deveria passar por sucessivas análises complementares, uma vez que seria “difícil – por ora, impossível – identificar quais critérios teriam orientado o diligente ouvidor a distinguir estes (e não outros) textos normativos. Se, porventura, o critério fosse de natureza cronológica, já se poderia oferecer reparos à opção. Outros tantos documentos, que certamente Costa Matoso compulsou, como as ordens régias dirigidas a governadores da indigitada capitania”.

válida? Furtado afirma em seu artigo que o relato sobre a Vila do Príncipe era da lavra do ouvidor Costa Matoso, informação não confirmada pelos paleógrafos, que dizem ser anônimo o manuscrito. Poderíamos buscar a validação da informação no critério de sua antiguidade. Mas mesmo assim caímos no mesmo dilema anterior de afirmar que é verdadeira uma narrativa antiga pelo simples fato de ser antiga, e isso bastaria. Se fosse assim, a versão mais antiga sobre a escrava africana que descobriu ouro no córrego Quatro Vinténs não seria Jacinta de Siqueira nas minas do Serro do Frio, mas uma anônima, como a narrou Senna, em 1895. Uma informação incorreta será sempre incorreta, independentemente de sua antiguidade. Contudo, há evidências de que a informação tenha sido dada pelo coronel Bento Fernandes Furtado (?-1765), natural de São Paulo, falecido com testamento na Vila do Príncipe. Ele era considerado um importante conhecedor da história mineira dos primeiros tempos. Segundo Veiga ele:

Conhecia muito os fatos concernentes aos primeiros tempos da Capitania de Minas Gerais, sobre os quais ministrou valioso apontamento a Cláudio Manuel da Costa, que relata isso no ‘fundamento histórico’ do seu poema *Vila Rica*, reconhecendo no coronel Bento Fernandes Furtado gênio curioso, de conhecida inteligência e probidade. O seu falecimento consta do Livro 14 de Registro de Testamentos, do arquivo municipal do Serro, de onde tirou cópia do seu testamento e a ofereceu ao Arquivo Público Mineiro o prestante cidadão Sr. Alferes Luiz Antônio Pinto, hábil e dedicado auxiliar da mesma instituição e pacientíssimo pesquisador de cousas interessantes para nossa história. Um dos antepassados do coronel Bento Fernandes Furtado era um outro paulista, coronel Salvador Fernandes Furtado, sertanista dos mais ousado e intrépidos, que fez entrada em terra mineira nos últimos anos do século XVII. Ao nome do coronel Salvador Fernandes Furtado liga-se a recordação de uma das tradições poéticas e interessantes da formosa história mineira. Perpetuou-a a musa de Cláudio Manoel no supracitado poema, no mimoso episódio de *Aurora*, que abrilhanta-lhe o 2º Canto.<sup>44</sup>

O trecho do “fundamento histórico” que se refere ao coronel Bento Fernandes Furtado é o que segue:

---

<sup>44</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemerides Mineiras (1664-1897)**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897. p. 82-84.

Entre os desta conduta deu um importante socorro o Coronel Bento Fernandes Furtado, natural da Cidade de São Paulo, que há poucos anos faleceu no Serro do Frio, tendo sido morador no Arraial de São Caetano, distrito da Cidade Mariana. Confiou ele do Autor em sua vida alguns apontamentos que fizera, e achando-os o Autor em muita parte dissonantes do que havia lido na *História* de Sebastião de Pita Rocha e outros escritores das cousas da América, procurou confirmar-se na verdade pelos monumentos das Câmeras e Secretarias dos Governos das duas Capitâneas, São Paulo e Minas.<sup>45</sup>

O problema está nas informações prestadas através do coronel Bento Fernandes Furtado e copiadas por Cláudio Manuel da Costa ainda no “fundamento histórico”:

*Serro Frio, Vila do Príncipe*

ANTÔNIO SOARES, natural de São Paulo, avançando maior salto que todos os outros, atravessou os Sertões ao norte de São Paulo, descobriu o grande Serro vulgarmente chamado o do Frio, que na língua gentílica era tratado por *Hivituraí*, por ser combatido de frigidíssimos ventos, todo penhascoso e intratável: do seu descobridor proveio o nome a uma das suas serras, que hoje se conhece pelo Morro d'Antônio Soares. Neste descobrimento se associou um Antônio Rodrigues Arzão, descendente do primeiro Arzão, de quem já se deu notícia. As grandes preciosidades deste continente em ouro, diamantes e todo o gênero de pedras estimáveis são bem conhecidas por toda a Europa: nele se estabeleceu o Real Contrato Diamantino, que tem devido aos Senhores Reis de Portugal a maior vigilância e zelo. A Capital denominada Vila do Príncipe foi criada por D. Brás da Silveira, em 29 de janeiro de 1714. Está situada em 18 graus e 23 minutos.<sup>46</sup>

O coronel Bento Fernandes Furtado grafou Ibiti-rui como Hivituraí; escreveu o nome de Antônio Soares Ferreira subtraindo o último sobrenome; trocou o nome de Manuel Corrêa Arzão por um tal Antônio Rodrigues Arzão. Cometeu três erros históricos, acertando a data de criação da Vila do Príncipe. Teria, por acaso, Cláudio Manuel da Costa subtraído o trecho sobre Jacinta de

---

<sup>45</sup> COSTA, Cláudio Manuel. **Vila Rica**. Edição de Referência: *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996 [1773]. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>. Acesso em: 21/04/2020.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

Siqueira por tê-lo considerado lendário ao extremo? Fato é que no poema a história serrana aparece sem nenhuma referência a Jacinta de Siqueira.<sup>47</sup>

O segundo problema é que as autoras não questionaram a fonte da informação. Não houve tensionamento ou diálogo de pensamento entre Matoso e outras fontes históricas. Com isso, elas não levaram em conta o conhecimento histórico produzido na cidade do Serro por seus memorialistas e/ou historiadores. Se tivessem lido o livro do dr. Dario teriam visto que nunca houve um juiz [ordinário] de nome Antônio Quaresma no Senado da Câmara da Vila do Príncipe. Ele nunca foi vereador ou procurador do ano. Se tivessem lido os textos do alferes Luiz Antônio Pinto e Nelson Coelho de Senna teriam visto que as minas do Serro do Frio – a pousada, pouso ou arraial dos descobridores oficiais – sempre foi o território que em 1714 elevou-se à vila. Em 1713, por exemplo, foi criada a paróquia de Nossa Senhora da Conceição cuja igreja matriz está no mesmo lugar desde 1702, com padres encomendados e colados. O que levaria o governo da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro escolher outro lugar para criar uma vila que não fosse no mesmo lugar onde já havia uma paróquia, igreja matriz, casas dos descobridores, irmandades religiosas, cemitério, recolhimento de dízimos? É contrário à razão de criação das vilas e concelhos que fossem escolhidos territórios sem as condições mínimas de sobrevivência para os seus moradores. Qual arraial teria as condições para receber pelourinho e se tornar vila em 1714 a não ser as minas do Serro do Frio descobertas em 1702 e onde moravam os seus descobridores? Por isso, diferente do que registrou Costa Matoso, em 06 de abril de 1714 ocorreu a instalação da Vila do Príncipe com seu Senado da Câmara e oficiais eleitos: os juízes ordinários Geraldo Domingues e Jerônimo Pereira da Fonseca; os vereadores Antônio de Moura Coutinho, Luiz Lopes de Carvalho, Antônio Sardinha de Castro; e o procurador do ano, Manuel Mendes Fagundes.

## **Conclusão**

Os acontecimentos da vida de Jacinta de Siqueira se polarizaram entre a lenda e a história. Fato comum nas minas gerais, em que a aventura do ouro criou

---

<sup>47</sup> *Ibidem.*

narrativas exageradas dos seus descobridores e dos habitantes de seu território. Contudo, Jacinta de Siqueira não demanda narrativas irreais para se fazer personagem marcante nas minas do Serro do Frio. Ela viveu numa sociedade com um conjunto de sociabilidades próprio em que concubinas tinham seu espaço de atuação e podiam criar redes protetivas para si e seus filhos. A fortuna e os bens de Jacinta de Siqueira fazem parte de um contexto social em que era comum e aceito o concubinato – ela não rompeu com os paradigmas sociais da escravidão, por exemplo, antes, movimentou-se no interior de um mundo com regras próprias, ainda cambiantes. O jeito barroco serrano de ser estava ainda em formação, espelhando os mais variados valores e costumes, bem como se servindo das mais variadas tecnologias e técnicas para sobreviver num território ainda agressivo à presença humana.

A civilização serrana nos seus primeiros anos estava em processo de formação de seu conjunto de sociabilidades: parece que tudo era ainda muito novo, conviver socialmente ainda era provisório, onde até mesmo habitar transitava entre casas cobertas de palha e cobertas de telhado, onde as ermidas ainda se transformavam em capelas e capelas ensaiavam sua transformação em matrizes. Nesse contexto, de fato, Jacinta de Siqueira contribui fazendo o que se esperava de uma proprietária de escravos no interior das complexas relações da economia da escravidão; além disso, e nisso talvez esteja a sua grande contribuição para a formação do jeito barroco serrano de ser, ela criou suas filhas em organização matrifocal em que “famílias e grupos organizados em torno da mãe”.<sup>48</sup> Essa matrifocalidade é a marca mais forte de seu testamento e por ele se percebe a centralidade do corpo feminino numa sociedade patriarcal, em que o papel masculino é coadjuvante para a atuação das mulheres. Acreditamos que essa seja a principal lição da cultura africana que cruzou o Atlântico para a forma de constituição do conjunto de sociabilidades nas minas do Serro do Frio e sua Vila do Príncipe.

---

<sup>48</sup> PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo:** Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (As dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 232.

Portanto, ao propor uma revisão na biografia de Jacinta de Siqueira, comparando documentos e livros publicados com outras versões investigadas, comparando narrativas e rediscutindo as invenções lendárias em torno do imaginário popular dessa personagem serrana, intencionamos apenas oferecer outra abordagem histórica sobre esta mulher, inserida no cotidiano colonial serrano.

### Referências bibliográficas

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA. **Livro de Batizados - 1740/1754**, fl. 86v.

ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO. **Livro de Registros de Testamentos**. Jacinta de Siqueira, 1751, fl. 33v.-38v.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. Caderno [3] 00-00-0000 Francisco de Assis Gomes Pinheiro [c], n.p.; Caderno [8] 10-04-1965 Francisco de Assis Gomes Pinheiro, n.p.; Caderno [18] 09-09-1971 Caderno Escolar, n.p.; Caderno [49] 07-11-1977 Serrana, n.p.; Caderno [70] 31-08-1979 São Paulo, n.p.; Caderno [184] 28-06-1991 Azul Secretaria de Estado da Educação, n.p.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Fundo Alferes Luiz Antônio Pinto**, LAP-5.1, Doc. 01, Cx. 09.

BOSCHI, Caio. “Como os filhos de Israel no deserto”? (ou: a expulsão de eclesiástico em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII). **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 21, p. 119-141, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CÓDICE Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

COSTA, Cláudio Manuel. **Vila Rica**. Edição de Referência: *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996 [1773]. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>. Acesso em: 21/04/2020.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei**. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 23. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1984.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**. O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 21, p. 295-306, 1999.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

INIKORI, Joseph E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, Bethwell Allan (ed.). **História Geral da África: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. 8v. V. 5, p. 91-134.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (As dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. 1. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos**. 3. ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

PAIVA, Eduardo França. Lembrar para esquecer: africanos forros e memória escravista nos testamentos das Minas Gerais, no século XVIII. In: IVO, Isnara



Pereira; GUEDES, Roberto (org.). **Memórias da escravidão em mundos ibero-americanos**: séculos XVI-XXI. São Paulo: Alameda, 2019, p. 163-179.

PARÉS, Luis Nicolau. Africanos ocidentais. *In*: SCHWARCS, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 77-83.

SENNA, Nelson Coelho de. **Memória histórica e descritiva da cidade e município do Serro**. Ouro Preto: Typ. Ferreira Lopes & C., 1895.

SENNA, Nelson Coelho de. Traços biographicos de serranos ilustres, já falecidos, precedidos de um bosquejo histórico sobre a fundação da cidade do Serro (Minas Gerais). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 10, p. 167-210, 1905.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. **Memória sobre o Serro antigo**. Serro: Typographia Serrana, 1928.

SOUZA, Maria Eremita de. **Aconteceu no Serro**. Belo Horizonte: BDMG, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas da história**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemerides Mineiras (1664-1897)**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897.

Recebido: 07/07/2020  
Aprovado: 30/10/2021